

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WAGNER TAUSCHECK

O JORNAL *30 DE AGOSTO* NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL  
DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ: UM ATO NO CONTEXTO  
DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE (1978-1988).

CURITIBA

2012

WAGNER TAUSCHECK

O JORNAL *30 DE AGOSTO* NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL  
DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ: UM ATO NO CONTEXTO  
DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE (1978-1988).

**Monografia apresentado ao Curso de História,  
Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharel em História.**

**Orientador: Dennison de Oliveira**

CURITIBA

2012

**Agradecimento:**

Os agradecimentos são um momento importante de um trabalho concluído, pois podemos perceber as várias influências teóricas e as filiações ideológicas de um autor. Contudo, essa leitura mais racional dos agradecimentos é meio torta, acabando que o que mais me agrada em ler os agradecimentos em livros e trabalhos é poder observar a construção de um conhecimento subjetivo, que com certeza estará presentes no objeto final de um trabalho acadêmico. Portanto, aqui vou citar pessoas que foram formadoras das minhas convicções historiográficas e também formadoras da minha subjetividade.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador Dennison de Oliveira, pela paciência e reflexões sobre o meu trabalho. Nesse sentido, de forma geral quero agradecer a todos os professores do Departamento de História da UFPR, em especial os professores que me possibilitaram uma formação através de história “aberta”, mas bem fundamentada em debates historiográficos. Também quero agradecer aos professores do Setor de Educação, em especial aqueles que na sua prática pedagógica seguiam os marcos teóricos nos quais estavam nos formando. Ainda sobre a formação acadêmica, no campo do ensino da história, quero agradecer a professora Dolinha e ao núcleo de educação histórica.

Pelos exemplos e incentivos ao estudo mesmo antes de entrar na universidade quero agradecer a minha madrinha Neusa Tauscheck e a meu primo Henrique Saidel. Mas também quero agradecer a minha família pela preocupação e ao mesmo tempo por me darem a liberdade de viver a moratória social que é a vida universitária. Nesse sentido, de viver a vida universitária como os seus espaços de sociabilidade e formadores de subjetividade quero agradecer ao Centro Acadêmico de História (CAHIS), ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH). Através desses espaços de militância, conheci algumas pessoas, sem as quais não teria me constituído enquanto professor e historiador são elas: Rebecca Freitas, Cesar Fernandes e Naiady Piva. Para

não ficar aqui citando outras pessoas quero agradecer a militância no capo de movimento estudantil: Barricadas fecham ruas, porém abrem caminhos.

“A verdadeira imagem do passado passa célere e furtiva. É somente como imagem que lampeja justamente no instante de sua recongnocibilidade, para nunca mais ser vista, que o passado tem que ser capturado. “A Verdade não nos escapa”- essa frase de Gott Keller indica na imagem que o Historicismo faz da história, exatamente o ponto em que ela é batida em brecha pelo materialismo histórico. Pois é uma imagem irrestituível do passado que ameaça desaparecer com cada presente não se reconhece nela visitado (tese V, Walter Benjamin)”.

“não vejo a classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (ou cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a classe traz com si a noção de relação histórica” (Thompson, 1987).

**Resumo:**

O sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado é hoje a maior entidade do sindicalismo no estado, com 65 mil filiados em todo o estado do Paraná. Tendo como seu veículo de comunicação o jornal 30 de agosto, instrumento fundado no ano de 1989 no contexto de reorganização da entidade e que já no seu título busca que os trabalhadores em educação nunca mais esqueçam a repressão do estado ao ato do dia de agosto de 1988. O objetivo dessa monografia foi estudar as disputas em torno na memória dessa manifestação e as reações com o contexto de reorganização do sindicalismo docente. Desta forma, podemos apontar a construção de diferentes formas de discurso que estão presentes no próprio periódico da entidade. Sendo essas formas inicialmente relacionadas às disputas de concepção sindical do contexto, as versões acabam por girar em torno da expressão “dia de luta e luto dos trabalhadores em educação”, tendo sido, em alguns momentos, valorizada a memória do “nunca mais”, se relacionado com o *luto* e outros momentos se relacionando mais a palavra luta e as campanha salários e políticas dos ano 90 e inicio dos ano 2000.

**Palavras chaves: 30 de agosto, memória e sindicalismo docente.**

## Sumário

Introdução: .....	08
1. De onde partimos, definições metodológicas para análise política do jornal <i>30 de agosto</i> . .....	13
a. <i>30 de agosto</i> , mídia e memória. ....	16
b. <i>30 de agosto</i> , documento/monumento e a construção da memória? .....	19
2. O novo sindicalismo e trajetória das lutas docentes .....	21
a. Sindicalismo público e o movimento docente no contexto de reorganização dos trabalhadores em educação. ....	27
b. APP- Sindicato no contexto de reorganização sindical: o 30 de agosto na trajetória do sindicalismo docente no Paraná. ....	30
3. A construção da memória sindical no jornal “30 de agosto”. ...	32
a. <i>30 de agosto</i> , instrumento para se fazer política. ....	34
b. Um sindicato e um <i>30 de agosto</i> com varias vozes. ....	38
c. <i>30 de agosto</i> e as diferentes vozes: a posição de Álvaro Dias. ....	47
4. Conclusão. ....	50
Fontes utilizadas. ....	53
Referências. ....	54

**Introdução:**

No dia 30 de agosto de 1988, os policiais militares reprimiram violentamente uma manifestação dos professores da rede estadual de ensino, armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Essa mobilização teve sua concentração na Praça Rui Barbosa - local tradicional das manifestações nos anos 80 - e de lá os professores seguiram em direção ao Centro Cívico. Como descrito pelo jornal do sindicato, em frente do palácio do governo os policiais impediram que o carro de som continuasse. Esse momento marcou o início de um confronto mais violento entre policiais e os professores em manifestação. A pior parte desse confronto aconteceu quando a polícia militar, ao tentar acabar com o acampamento de barracas próximo à Assembléia Legislativa do Paraná, utilizou-se da cavalaria para reprimir os professores que tentavam instalar suas barracas. Informações sobre esse confronto entre professores e os policiais estão presentes em vários momentos do jornal “30 de agosto”, periódico oficial do sindicato dos professores, mas escolhemos como base para elucidar esse momento a edição comemorativa de 20 anos do Ato (10/08/2008), com a citação que segue:

“Naquele dia, os educadores, que organizaram um acampamento em frente ao Palácio, não encontraram o diálogo como resposta, mas a violência policial. Mobilizados e esperançosos para buscar seus direitos, professores/as foram recepcionados por policiais militares armados de cassetetes, spray de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. O batalhão de choque, policiais acompanhados de cães ferozes e da cavalaria também investiram contra a passeata”.<sup>1</sup>

As várias citações, imagens, reportagens e existência de edições comemorativas apontam para a construção de uma memória sobre esse ato. Na tentativa de entender essa construção me utilizei de materiais do próprio Sindicato Estadual dos Professores (APP-Sindicato). Ao utilizar esse material é importante ressaltar que a construção de uma memória em torno desse ato vai para além dos materiais produzidos pelo sindicato, uma vez que já se passou mais de 20 anos desde o ocorrido que marcou a política paranaense, sendo ele

---

<sup>1</sup>Jornal “30 de agosto”: Edição de especial; 20 ano de luta e luto, de agosto 2008.



ainda lembrando pela repressão e violência aos professores. Isso fica evidente pela forma como ele é retomado em diferentes momentos por diferentes interlocutores. Seja através da memória institucional do sindicato produzida por seus materiais e o dia anual de paralisação, organizado pelo sindicato com objetivo memorialístico com o título “dia de luta e luto”, ou na política partidária, com os debates eleitorais em que o Álvaro Dias, governador da época, é candidato. Nesses momentos Álvaro Dias é acusado de ser o inimigo número um dos professores do Estado do Paraná. Ainda, esse ato é lembrado após outras repressões que os movimentos sociais ainda sofrem em nosso estado.

Com objetivo de compreender a complexidade desse fato político e transformá-lo em objeto de análise historiográfica essa pesquisa se inscreve no campo da história política<sup>2</sup>, na temática acerca da organização sindical dos servidores públicos. Se debruçando em especial sobre o papel da construção da memória coletiva e institucional no processo de reorganização do sindicato dos professores do Estado do Paraná, no contexto do final dos anos 80 e início dos anos 90. Para tanto, essa pesquisa tem como objeto a construção histórica feita pela APP-Sindicato em torno da repressão aos professores da rede estadual de ensino ocorrido em 30 de agosto 1988, através principalmente de seu jornal periódico, instrumento oficial de comunicação institucional do Sindicato.

Ao analisar o Jornal “30 de agosto”, que tem como nome a data do ato, busco responder às seguintes questões: como esse ato está presente nesse periódico sindical, para além do seu título? Ou seja, qual a complexidade da narrativa e memória construída nos últimos 20 anos pela APP-Sindicato? É possível inserir esse processo de luta na trajetória de reorganização do sindicalismo no serviço público? Quais as singularidades e contradições na trajetória de reorganização da APP-Sindicato no período do ato e quais relações podem ser estabelecidas com o contexto histórico mais amplo?

Mesmo tendo certa importância na política paranaense existem poucas pesquisas ou materiais que analisem esse ato ou mesmo o movimento docente paranaense no contexto da redemocratização. Partindo dessa pouca produção

---

<sup>2</sup> REMOND, Rene. Por uma História Política. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003

de pesquisas, o segundo capítulo dessa monografia tem como objetivo construir o pano de fundo desse ato, buscando entender o contexto em que ocorreu a mobilização e o ato do dia 30 de agosto, em especial suas relações com os debates historiográficos e sociológicos em que o sindicalismo público se relaciona com as diferentes abordagens do “novo sindicalismo”<sup>3</sup>. Sempre dando voz à presença desses elementos da reorganização sindical, mesmo que discursivos, no jornal 30 de agosto.

Esse debate mais geral da trajetória sindical parece ser necessário a partir da análise e da periodização proposta por Arnaldo Nogueira<sup>4</sup>, pois segundo esse autor o ano de 1988 é de grande importância na trajetória do sindicalismo público. É nesse momento em que se conquista o direito a sindicalização para os servidores do estado. Não somente pelo poder da lei tem início um período de consolidação ou institucionalização dos sindicatos em 1988, mas após um período de grandes mobilizações e emergência do sindicalismo no Estado (1978-1988). Podemos apontar alguma relação entre essa trajetória do sindicalismo público e o ato de 1988 aqui estudados?

A trajetória do sindicalismo público e a relações entre o “novo sindicalismo” e suas concepções também se relacionam com a memória do ato que faz parte desse contexto. Desta forma, antes de iniciar uma análise mais sistemática dos documentos, no primeiro capítulo buscarei definir o recorte teórico-metodológico do campo da história política, relacionado à análise da construção da narrativa e memória feita pelo sindicato através de seu periódico.

É necessário, ainda, fazer algumas considerações de ordem metodológicas ao se trabalhar com documentos jornalísticos arquivados pela APP-Sindicato, em especial o jornal 30 de agosto – publicado pela APP a partir de 1990; ainda que de forma secundária tenham sido analisados espaços pagos em jornais pela APP, antes da existência do jornal 30 de agosto e algumas reportagens de jornais de grande circulação da época. Ficam de fora outros objetos de produção da Memória do ato como vídeos e documentários

---

<sup>3</sup> Contrapondo e explicitando as abordagens de Ricardo Antunes, Boito e Badaró.

<sup>4</sup> No livro *Liberdade desfigurada* o autor faz uma análise do sindicalismo público a partir de uma abordagem bem definida, estudando o sindicalismo a partir das relações com liberdade e autonomia sindical.

do Ato (armazenados na APP e editados e distribuídos para algumas escolas em 2009 pela APP).

Com o objetivo de delimitar a forma com que vamos abordar a questão da memória, partimos dos estudos propostos por Beatriz Sarlo<sup>5</sup> para quem o passado ou a “sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, por trás deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo.”<sup>6</sup> Nessa parte do texto a autora está falando da produção de obras não acadêmicas e de grande circulação, ou seja, que não passaram pelos debates metodológicos que tem a função supervisionar ou que no mínimo “garante o artesanato aceitável dos seus produtos”<sup>7</sup>. Mesmo que a autora não esteja trabalhando com a memória produzida por periódicos, suas problematizações fizeram amadurecer uma análise da produção de relatos sistemáticos sobre o passado produzido pelo sindicato, uma vez que também não são acadêmicos e acabam, como afirma a autora, por alimentam-se do “sentido comum” ou não oferecendo um sistema de hipóteses, mas certezas sobre a memória do ato.

Ainda para Sarlo, no contexto do fim das ditaduras latino-americanas, a lembrança tornou-se fonte para a restauração de laços sociais e comunitários. Partido dessa afirmação a autora busca debater como o relato em primeira pessoa ganhou, no caso argentino, uma força de verdade. Na análise dos relatos sobre o nosso ato podemos trabalhar enquanto uma hipótese com a idéia de que era necessário construir um discurso de que “nunca mais” serão suportado atos de violência por parte do estado contra os movimentos sociais após a redemocratização.

Nesse sentido as produções dessas matérias feitas pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando-lhe um “sentido comum”. Porém, esse sentido não é único e desta forma, partindo de Pollak<sup>8</sup>, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento se

---

<sup>5</sup>SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>6</sup> *ibid*, p 13.

<sup>7</sup> *ibid*, p 13

<sup>8</sup> POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimentos e Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, 1988

compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo jornal 30 de agosto sobre o ato.

Desta forma, partindo da análise do jornal do próprio sindicato, é importante nos questionarmos a quem essa construção e reconstrução do ato serve. Existem disputas sobre essa memória? Também é preciso levantar apontamentos sobre a importância dessa memória para o sindicalismo público que se reorganizou e se consolidou nos anos 80 e 90 no Brasil. Desta forma, essas questões se relacionam às problematizações referentes à inserção desse ato na trajetória da APP-Sindicato.

O terceiro e último capítulo dessa monografia está reservado para a análise do jornal 30 de agosto, a partir de seus próprios textos, com o recorte das matérias referentes à Greve de 1988 e a reorganização sindical, relacionando-os com os debates metodológicos apontados anteriormente e ao pano de fundo sobre a reorganização sindical docente, sendo esse ato utilizado como uma linha mestra para contar a trajetória da reorganização e consolidação dessa estrutura, relacionados às disputas da concepção sindical.

O jornal 30 de agosto, do período de novembro de 1990 até a edição comemorativa de 20 anos do ato, é o objeto desse último capítulo. Categorizei esses textos com o objetivo de entender em que momentos esse ato é retomado pelo sindicato e apontando quando existem diferenças de abordagem e de discursos sobre ele bem como explicitando as continuidades. Desta forma, aponta-se para a construção de uma memória institucional presente no jornal 30 de agosto sobre “o dia de Luta e Luto” dos professores do estado do Paraná.

## **De onde partimos, definições metodológicas para análise política do jornal 30 de agosto.**

No processo em que se faz uma pesquisa histórica temos que ir tomando alguns cuidados metodológicos e assumir algumas posições dentro do nosso diversificado campo de pesquisa. Como não é novidade para ninguém, a história tem cada vez mais se especializado em múltiplas perspectivas e os historiadores em especialistas nesses áreas. Frente a essa característica fragmentada do estudo do passado e com objetivo de construir um estudo que responda e recoloca a construção da memória sobre um ato em evidência, esta monografia está inserida dentro do campo de pesquisa denominado de História Política.

Para melhor definir esse campo nos baseamos na leitura de Rene Remond<sup>9</sup>, para quem a historiografia do século XX, apontou para uma nova história Política que, diferente da história política tradicional, redefiniu seus objetos, suas fontes e metodologias. Apontar as diferenças entre a velha e nova história política se faz necessário, para que, a partir de uma relação de alteridade, possamos definir a nova história política e ainda afirmar com quais tradições historiográficas estamos dialogando para abordar nossas fontes e construir nossa análise.

A antiga história política como descrita por Rémond esta ligada ao Estado e análise desse, conduzida por “grandes homens” que protagonizavam os rumos da história, sendo suas ações objeto de análises psicologizantes. Podemos perceber permanências dessa velha história política nos estudos sobre sindicalismo, quando se produz uma historiografia que está ligada apenas às grandes lideranças e aos contextos de grandes transformações no estado. Nesse tipo de historiografia, as fontes eram aquelas deixadas pelas administrações que funcionava por meio de textos e ofícios acessados pelos historiadores como testemunhos e entendidos como provas desse passado. Aqui caberia ao cientista ou historiador desenvolver uma história dos grandes feitos, encadeando fatos presente nos documentos de forma linear.

---

<sup>9</sup> Entendendo o livro *Por uma História Política*, como um marco na reorganização desse campo de estudo.

Para concluir, Rémond endente que o fim dessa história política tradicional está relacionado a diversos fatores. Podemos apontar dentro da historiografia as críticas feitas pela geração dos Annales e pelos novos marxistas. Mas para entender os motivos de superação desse tipo de historiografia não se pode ficar restrito ao “estado da arte”, pois existiu também um movimento na sociedade ou “um ambiente ideológico”<sup>10</sup> de valorização das forças populares com advento da democracia política e aos ideais socialistas. Segundo o autor é também a partir desse “ambiente ideológico” que define a possibilidade de revitalização do campo da história política, pois ela, a história, não vive fora do tempo. Ou seja, para o autor a definição do que é político passa pela compreensão da influência das crises e guerras, bem como pelo aumento do estado de bem estar social e ainda, nesse sentido de ampliação do que é político também podemos citar as transformações do lugar do poder relações ralações sociais, após o maio 1968.

Assim, o autor afirma que as “fronteiras do político não são eternas: seus traços conheceram muitas variações ao longo da história”<sup>11</sup>. Partindo dessa constatação o que define a nova história política? Para Rémond e outros autores é que a história política é tudo aquilo que se relaciona com a conquista, ou seja, com o exercício do “poder”, e que cada vez mais se dá em todas as direções e sentidos, não existindo mais a centralidade no estado, em “grande homens” ou classes dominantes.

Mesmo os objetos tradicionais como as guerras, instituições, indivíduos e até mesmo o Estado são agora redefinidos a partir novas abordagens como “no campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos, do teatro do poder, ou do discurso”<sup>12</sup>. Desta forma, a história política hoje se aproxima de outros campos da historiografia como a história cultural, social, econômica e do discurso.

Essa concepção já está presente em Rémond ao afirmar:

---

<sup>11</sup> REMOND, Rene. Por uma História Política. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003, p.23.

<sup>12</sup> BARROS, José D Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface*. João Pessa, Saculum- Revista de História, 2005. p.129.

“O Político é como esses estados dos quais a geografia não foi definida previamente e seus contornos e histórias não passaram de mudar constantemente, o político não tem fronteiras naturais (...) conseqüentemente os historiadores do político não poderiam acantonar-se e cultivar seus jardins secretos das grandes correntes que atravessam a história”<sup>13</sup>.

Desta forma, partimos do campo da história política, mas não por entendermos que ele é um porto seguro para nossos problemas e inseguranças metodológicas, mas por possibilitar essa inter-relação com outras abordagens e domínios da história. Porém, não podemos escolher um campo de pesquisa apenas por suas fronteiras e nesse sentido partiremos da definição de história política como tendo o enfoque no “poder”. Não no poder dos velhos estados nacionais e sim nos diversos poderes que a nova história política valoriza. Em especial, nos debruçamos na construção e disputas das memórias e das representações políticas.

Essa resumida trajetória do campo da História Política mostrou uma expansão que abarca novos objetos, novas metodologias e novas relações. A partir dessa dimensão de política, faremos alguns apontamentos de como a história política pode abordar as narrativas do Jornal “30 de agosto”, em especial suas relações com a construção da memória, teoria da comunicação e com a História do Discurso. Essas interfaces se relacionam com a forma de tratamento das fontes, ou seja, a abordagem que valoriza as diferentes narrativas sobre o ato levando em consideração o meio em que ele foi difundido, ou seja, um jornal sindical.

Parece-nos importante iniciar com as relações dos métodos e aportes teóricos da história do discurso, principalmente na concepção do que é a fonte estudada. Assim, assumimos essa relação com a campo de estudo no sentido de trabalharmos as fontes levando em conta uma postura com esses novos objetos e mesmo com aqueles que já eram tradicionais da história política. Ou seja, antes as fontes eram tratadas como ‘testemunho’ do passado, onde os historiadores buscavam extrair informações mais ou menos diretas, no sentido de provas de acontecimentos do passado. A partir da influencia da história do discurso podemos afirmar que na abordagem das fontes, elas foram

---

<sup>13</sup> REMOND, Rene. Por uma História Política. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003,p. 445.

entendidas como discurso e elas próprias são o fato histórico. “Nesse sentido que diremos que a fonte pode ser vista como testemunho de uma época e como discurso produzido em uma época”<sup>14</sup>.

Partiremos da análise de dois aspectos da fonte entendida com discurso. O primeiro é entender o texto como “objeto de significado” e o segundo entender a fonte como “objeto de comunicação”<sup>15</sup>. Entendemos objeto de significado como sendo a tentativa de analisar a fonte através da crítica interna e externa, ou estrutural do texto, em uma análise intratexto e também em uma relação intratextos, ou seja, com outros textos. Já a análise que entende a fonte como objeto de comunicação cultural entre sujeitos, parte da análise do contexto histórico e de alguma maneira com o que dá sentido a sua existência.

As análises que são orientadas por esse conjunto de fatores entendem que o texto tem lugar onde é produzido, e que há aspectos que constroem e motivam a produção em uma dada direção e não em outras direções. Nesse sentido, dar voz a essa verdadeira luta política no interior do discurso, entende que as tomadas de posição sobre a memória do 30 de agosto é um dos objetivos desse trabalho. Em um jornal que tem a maioria de seu texto assinado coletivamente não podemos, na análise extratexto, nos focar na vida desse autor e no mundo que o envolve. Com o objetivo de superar isso tentamos fazer uma análise coletiva das concepções sindicais a partir do que é expresso no próprio texto.

### **30 de agosto, mídia e memória.**

Esse recorte nos remete a necessidade de um debate metodológico de análise de fontes jornalísticas em relação à memória e política. Para tanto, vou utilizar o clássico livro “*Imprensa e história do Brasil*” de Maria Helena R. Capeleto, para quem “a imprensa registra, comenta e participa da história”<sup>16</sup>, ou seja, não pode ser entendida simplesmente como portadora dos fatos

---

<sup>14</sup> *ibid*, p 131.

<sup>15</sup> *ibid*.

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998, p.13.



históricos ou, como a outra face dessa mesma análise, em que as fontes jornalísticas devem ser descartadas, uma vez que, estão “impregnadas” de elementos ideológicos e de manipulação.

Desta forma, não entendemos a fonte jornalística simplesmente como elemento de manipulação de interesses e despreendida dos fatos ou, em um sentido contrario, quando à reportagem é entendida como “espelho da realidade”. Tentei entender essa reportagem como uma parte do quebra cabeças ou uma rede de elementos que constroem intencionalmente ou não uma memória política.

Assim, esse trabalho parte da dimensão da história política e da relação com as abordagens da análise do discurso e da construção da memória. Para tanto, cabe nesse momento explicitarmos o que entendemos como uma análise da memória e suas disputas, sabendo que estamos falando de um objeto específico, um jornal sindical em que existe uma construção de memória sobre uma repressão policial em um ato no contexto de reorganização sindical.

Buscamos definir uma metodologia de análise das diferentes narrativas no jornal sobre a manifestação do dia 30 de agosto, em especial aportes metodológicos que nos permitam dar voz as disputas sobre a memória coletiva do ato. Nesse sentido, partimos dos apontamentos sobre as disputas de memória presentes em jornais, e que utilizam a metodologia proposta por Michael Pollak, tendo como referencia o texto *Memória e narrativa jornalística* de Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasiliense<sup>17</sup>, em que as autoras estudam a construção e os silêncios da memória sobre a chacina da Candelária, no jornal O Globo.

Nesse texto, partindo dos apontamentos de Pollak, aponta-se para uma memória vivida pela coletividade e não necessariamente vivida pessoalmente, ainda afirmando que essa memória é dessa forma conflituosa, porque seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios. A memória são construções sociais e não objetos naturais. Ou seja, no caso da memória coletiva sobre a chacina da candelária existiram lutas e negociações de grupos sociais dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos.

---

<sup>17</sup>RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística*. in: mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Munad x, 2007.

No sentido de compreender melhor a relação entre as disputas e negociações sobre a memória coletiva e relação que isso poder ter com disputas de concepções políticas podemos citar o texto *Memória e conflito no Partido dos Trabalhadores*<sup>18</sup> em que Igor Gomes Santos trabalha com as disputas em torno das tradições e memória da política fundacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse texto, o autor busca compreender as disputas sobre o passado do PT no momento de grandes conflitos internos ao partido, em que o petismo é colocado em cheque com a crise do “mensalão” (2005).

Portanto, partindo de Pollak e das leituras feitas nesses dois trabalhos, entendemos que a memória coletiva se constitui através de processos que envolvem disputas que visaram a consolidação de uma memória oficial em detrimento de outras as quais ele chama de “memórias clandestinas”. Esse passado é por essência político, pois, segundo Pollak a memória serve como um quadro referencial e pode manter a coesão interna e definir as fronteiras de um determinado grupo, ou seja, serve na orientação no presente dos membros de uma coletividade. Nas palavras de Pollak:

“A referencia ao passado serve para manter a coesão dos grupos e as instituições que compõe uma sociedade para definir seus lugares respectivos, sua complementaridade, mas também as posições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”<sup>19</sup>.

No caso estudado podemos apontar para o deslocamento dessas memórias oficiais sobre o ato de 30 de agosto de 1988 que inicialmente está relacionada às disputas da concepção sindical. Porém, com a consolidação de uma concepção sindical, os 30 de agosto acomodam-se se tornado um monumento de memória que orienta a pratica e as campanhas salariais dos professores do estado do Paraná. Nesse sentido parece necessário compreender melhor o que estamos querendo dizer como monumento de memória.

---

<sup>18</sup> SANTOS, Igor Gomes. *Memória e conflito no partido dos trabalhadores*. In: revista *História e Luta de Classes: trabalhadores e suas organizações*, ano 4, numero 5, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>19</sup> POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimentos e Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, 1988, p.07.

### **30 de agosto, documento/monumento e a construção da memória?**

Ao estudar o jornal 30 de agosto e a permanência de diferentes narrativas sobre o ato, temos que entender a crítica ao documento histórico no sentido de entendê-lo enquanto monumento/documento<sup>20</sup>, ou seja, inserido no seu contexto e buscando explicitar os jogos e disputas de poder. Isso quer dizer que se “entende [que] o documento deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobre tudo em quando instrumento de poder”<sup>21</sup>.

Compreender o documento enquanto monumento nos auxilia, uma vez que a construção da memória coletiva sobre a manifestação só pode ser estudada se partimos das disputas políticas e dos lugares de poder sobre a narrativa do ato. Portanto, “Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recupera-lo e ao historiador usá-lo cientificamente”<sup>22</sup>.

Desta forma, devemos compreender a produção das narrativas sobre o 30 de agosto de 1988 a partir dessa concepção de documento/monumento e a construção da memória coletiva do ato a partir de uma leitura filológica da palavra monumento, que foi proposta por Le Goff e é tudo aquilo que pode perpetuar a recordação. Mas também da relação que esse termo tem na prática historiográfica e na relação com o documento escrito, ou seja:

“O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária o involuntária, das sociedades históricas (um legado a memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.”<sup>23</sup>

Portanto, entender as produções sobre o 30 de agosto como um momento de memória é entender, que como existe nessas narrativas uma força de reorganizar politicamente esse passado, mas que ao aproximarmos da perspectiva da análise histórica temos que fazer algumas escolhas da metodológicas que, como já batemos nesse capítulo, passam por fazer uma

---

<sup>20</sup> Le Goff, Jacques. História e memória, 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>21</sup> *ibid*, p.538.

<sup>22</sup> *ibid*, p.535.

<sup>23</sup> *ibid*, p.526.

análise política, ou seja, que parta das disputas e sequenciamentos relacionados as disputas de poder, que no objeto se relacionam inicialmente às disputas de concepções sindicais. Portanto, se faz necessário um debate mais sistemático do que foi o novo sindicalismo e a trajetória de reorganização do movimento docente, objetos abordados no próximo capítulo.

## **O novo sindicalismo e trajetória das lutas docentes.**

A greve de 1988 realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) teve como pauta central a garantia de um piso de três salários mínimos para o magistério paranaense. A pauta era já uma vitória da greve anterior e estava sendo desrespeitada pelo então governador Álvaro Dias. Esta greve esteve inserida no contexto de outras grandes mobilizações nacionais no período.

Mas dentre inúmeros eventos, o que ficou marcado na história política paranaense foi o ato dos professores no dia 30 de agosto. Como podemos observar em diferentes momentos na memória institucional do sindicato, a manifestação é lembrada com paralisações anuais, com a produção de um periódico com o nome “30 de agosto” e com várias edições comemorativas nesse jornal. O ato ainda é lembrado por outros meios de “enquadramento” da memória coletiva, como em períodos eleitorais em que Álvaro Dias candidata-se a algum cargo eletivo e seus opositores relembram o ocorrido e, neste contexto, os movimentos relembram o 30 de agosto com o objetivo de historicizar a violência do Estado após o regime militar, Sem esquecer de outros espaços menos formais de propagação dessa memória (como quando manifestações, entidades políticas e movimentos são reprimidos pelo Estado).

Início esse capítulo afirmando a importância desta manifestação e a existência de uma memória política construída em torno da repressão, que talvez tenha produzido o ato mais marcante da história política paranaense. Antes de me debruçar sobre a construção da memória presente no jornal *30 de agosto*, me parece necessário inserir este ato no contexto que possibilitou a sua existência. Ou seja, no momento de reorganização sindical e de democratização no país. Essa contextualização se faz necessária a partir da própria análise das fontes, pois torná-la objeto de significação se fez necessário para compreender o que foi o “novo sindicalismo” e as mudanças das antigas associações para uma estrutura de sindicatos docentes algo que, nas fontes, está expresso na relação inicialmente tumultuada com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na disputa em torno da consolidação de uma concepção sindical.

O sindicalismo no contexto da redemocratização é um objeto que já se tornou clássico na historiografia brasileira, e foram produzidas diferentes tradições de abordagem do tema. Uma das mais relevantes são as análises althusseriana da permanência de estruturas legais e da relação com o estado - como na importante obra de Armando Boito Jr <sup>24</sup>- em um sentido diferente com uma abordagem das novas experiências e potencialidades do período e o estudo do movimento operário no ABC paulista, como trabalhado por Ricardo Antunes, em “O novo sindicalismo” <sup>25</sup>. Ou ainda, por meio da análise de Marcelo Badaró Mattos<sup>26</sup>, para quem o “novo sindicalismo” deve ganhar aspas e plural para poder abordar a dupla significação, uma ligada à produção acadêmica e outra ao discurso sindical. Ainda nesta obra, Badaró dá voz a uma análise de que não se prende ações coletivas e as definições econômicas, isoladamente, ou seja, partindo de uma influênciaThompsoniana tenta compreender relações de solidariedade e a experiência histórica dos trabalhadores.

Um elemento é consensual nas pesquisas acima citadas: o movimento sindical constituído no final dos anos 70 e na década seguinte era considerado novo pela sua capacidade de retomada do movimento grevista, da reorganização sindical com princípios na tentativa de superação do sindicalismo atrelado ao Estado, da crítica ao governo civil-militar, da criação de centrais sindicais, em especial a CUT. Nessa experiência existiu ainda uma relação com os movimentos sociais do campo e de movimentos populares ligados à teologia da libertação.

Como afirmamos, uma análise consolidada sobre o que foi o sindicalismo que se organizou nesse período está nas produções do início dos anos 1990, em especial no livro *O Novo Sindicalismo* de Ricardo Antunes, em que o autor faz um balanço do período anterior, com o mapeamento das principais greves e acontecimentos no mundo do trabalho no período, dando ênfase à potencialidade das transformações pelas greves do fim da década de

---

<sup>24</sup>BOITO Jr., Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec, 1991.

<sup>25</sup>ANTUNES, Ricardo. O Novo sindicalismo. São Paulo: Brasil: Urgente.1991.

<sup>26</sup>MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro(1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.

1970, entendendo as greves do período como uma resposta à superexploração do período e do arrocho salarial.

“Da greve do ABC em 1980 à greve geral de 1989, da greve nacional dos bancários em 1985 à greve de Volta redonda, 1988, **das inúmeras incontáveis greves dos professores**, do ensino médio público aos médicos e funcionários da Previdência Social, das greves da construção civil à ação dos motoristas de transportes coletivos urbanos, todos esse eventos, em que pesem as suas singularidades, que num ensaio como este não é possível tematizar detidamente, tiveram uma certa transcendência da ação meramente salarial. Isso porque, em suma ações reivindicatórias, feriam, em alguma medida, um dos pilares fundamentais do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrochante” (grifos meus)<sup>27</sup>

Poderíamos claramente enquadrar a greve de 1988 dos professores neste contexto, primeiro pela sua pauta econômica e pelo sistemático descumprimento por parte do governo dos acordos de reajustes, e segundo porque a inflação em Curitiba neste período estava em torno de 25%. Ou ainda sendo um Ato, que fez parte de uma greve, que foi duramente reprimida pelo poder público. Desta forma, temos que entender que o movimento sindical nesse contexto sofreu com vários ataques por parte do governo. Podemos citar como exemplos os julgamentos de ilegalidade das greves com base na lei de segurança nacional (LSN) e até mesmo a prisão dos dirigentes grevistas do ABC no início dos anos 1980.

Contudo, é no final dos anos 1980, no contexto da Constituinte, que temos um exemplo dramático. Já em pleno regime democrático, a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda (RJ) é reprimida violentamente, resultando na morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Essa repressão à greve em Volta Redonda ocorreu no mesmo ano da greve dos professores do Paraná, em 1988, e segundo Marcos Aurélio Santana<sup>28</sup> nesse mesmo ano cerca de 400 mil servidores públicos federais estiveram em greve.

Porém, a própria leitura sobre o período é bastante diversificada e nos parecer mais interessante compreender o que foi o “novo sindicalismo” e as suas relações com a trajetória do sindicalismo docente.

---

<sup>27</sup> Ibid, p. 36.

<sup>28</sup> SANTANA, Marcos Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990”. In: (Diversos Autores), O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Desta forma, antes de enquadrarmos a greve e a reorganização sindical a partir da leitura de Ricardo Antunes, é importante fazer comparações com outra obra clássica: *O Sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical* de Armando Boito Jr. Para este autor, mesmo com todo o avanço do movimento sindical dos anos 1970 e 1980, não existiu uma ruptura com o populismo dos antigos sindicatos e muito menos com as estruturas sindicais implementadas durante o governo de Getúlio Vargas. Dentre os elementos de permanência do sindicalismo atrelado ao Estado como consolidado após 1930, estão a necessidade de registro, a unicidade sindical, o imposto sindical e outras regulamentações por parte do Estado que se mantiveram. Nesse sentido, a opção das associações dos professores, como de todo o funcionalismo público pela busca do registro sindical após a Constituição de 1988, seria um bom exemplo dessa permanência. No livro *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, que foi organizado por Boito, temos uma citação que exemplifica a abordagem que valoriza a permanência das estruturas sindicais populistas e a submissão ao Estado:

“A outorga da representação sindical pelo Estado sob a forma de monopólio – já que existe a unicidade sindical –, as contribuições sindicais compulsórias e a tutela da justiça do trabalho sobre a ação reivindicatória tornam, no limite, o sindicato oficial – que é o aparelho organizativo que se constitui numa espécie de célula da estrutura sindical”<sup>29</sup>

Mesmo que Boito pouco utilize o termo “novo sindicalismo” nesse contexto relacionado à trajetória de organização dos trabalhadores no Brasil, ao abordar o período a partir da permanência das estruturas o autor não nega o potencial mobilizador do período:

“O sindicalismo expandiu-se bastante. Foram criados centenas de novos sindicatos oficiais e, no setor público, centenas de associações de caráter sindical. O sindicalismo diversificou-se. Difundiu-se pelo campo, juntamente com a difusão do trabalho assalariado na agricultura, e incorporou amplos setores da classe média urbana”<sup>30</sup>

Desta forma, para uma definição mais precisa desse termo e com objetivo de compreender o período e relacioná-lo à produção do jornal *30 de agosto* é necessário um trabalho de compreender o “novo sindicalismo” de

<sup>29</sup>BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.p. 52.

<sup>30</sup>BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.p.45.



forma mais complexa. A primeira grande dificuldade de se definir o que é “novo sindicalismo” está no fato de que existem dois polos de origem e consolidação desse termo, um relacionado à produção acadêmica e outra aos debates internos ao sindicalismo. Como afirma Badaró em seu livro: *novos e velhos sindicalismos*, esta categoria construiu-se tanto na esfera acadêmica quanto na militância sindical, no momento de efervescência e erupção dos fenômenos. Tendo como palco as greves do ABC paulista no final dos anos 1970, mesmo que para o autor já existissem condições tanto na produção acadêmica, quando nas mobilizações dos trabalhadores condições de se constituir e determinar o “novo sindicalismo”. Para Badaró, essas condições já podem ser percebidas na greve de Osasco de 1968, nas críticas feitas por José Ibrahim ao sindicalismo ligado ao PCB e ao período anterior ao golpe militar.

Segundo Badaró, na produção acadêmica os primeiros a utilizarem a expressão que dá o sentido de novidade às mobilizações da região industrial da grande São Paulo são José Álvaro Moisés e Maria Hermínia Tavares de Almeida, para quem os elementos “novo sindicalismo” se opunha aos “antigos sindicalismos”, uma primeira oposição é ao imobilismo do sindicalismo e à repressão do período militar e outra oposição se dá contra o sindicalismo dependente e colaboracionista em relação ao Estado no período anterior ao golpe. Seguindo esta formulação, os “novos sindicalistas” reivindicavam novas práticas e a superação do sindicalismo denominado de populista.

A definição desse termo passa pelo enquadramento das práticas sindicais ditas “pelegas” ou do “sindicalismo populista”. Entretanto, como afirma Badaró, esses “novos paradigmáticos” não eram infalíveis, uma vez que inúmeras práticas são incorporadas, em especial com o aumento da abrangência do uso do termo “novo sindicalismo” para toda a trajetória do sindicalismo combativo nos anos 1980 e 1990.

Na construção do discurso sindical, a rejeição do “velho sindicalismo” está presente na construção da identidade do período. Inicialmente estes sindicalistas se definiam enquanto “autênticos” e, com o passar do tempo, foram utilizando a termo “novo sindicalismo”. Um marco importante nesse período de reorganização sindical é a consolidação e ampliação do espaço da

CUT, que é fundada em 1984 e acaba levando consigo o “novo sindicalismo” a ser uma tendência dominante no debate sindical do período.

Essa gradual institucionalização do movimento sindical nos obriga a novamente alargar o horizonte de análise do significado do “novo sindicalismo”. Uma vez que, em sua origem, esse sindicalismo estaria ligado principalmente ao que nos referimos como Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a elementos marcantes como o “trabalho de base”, ou seja, a organização por local de trabalho, mais próximo do cotidiano do trabalhador. Ainda, o elemento “classista” do sindicalismo do período defendia uma autonomia dos sindicatos frente a patrões e ao Estado.

Essa expansão das práticas sindicais e do termo nos permite englobar a trajetória do sindicalismo no setor público, ou seja, o termo “novo sindicalismo” acaba abrangendo novos setores para além das greves do ABC paulista. Como podemos perceber, o movimento sindical brasileiro no contexto de redemocratização passou por um rico processo de reorganização e de disputas de concepções, estando ainda às interpretações sobre o que foi “novo sindicalismo” em aberto, em especial a relação com o Estado e às transformações ocorridas no movimento sindical nos anos 1990.

Neste sentido, nessa monografia estamos utilizando o termo “novo sindicalismo” com aspas com o objetivo de problematizar o uso comum desse termo e buscando uma concepção mais ampla deste, mesmo não sendo o objetivo definir todas as possibilidades de origens, práticas e trajetória do “novo sindicalismo”. Busca-se entender que esse termo tem uma complexidade temporal maior do que as greves do final dos anos 1970 e uma abrangência que ultrapassa o setor produtivo da grande São Paulo.

Mesmo que o significado do que foi “novo sindicalismo” esteja ainda em aberto, uma coisa é comum a todas as análises acadêmicas: que no período do final dos anos 1970 e durante a década de 1980, setores poucos organizados no sentido sindical se mobilizaram e sofreram transformações. Nesse contexto podemos citar os professores junto a outros setores médios da sociedade.

Desta forma, partindo da definição apresentado por Badaró e Antunes, podemos definir o “novo sindicalismo” como sendo um período de

transformações e potencialidades do sindicalismo brasileiro em que estiveram em disputa concepções sindicais e que a memória dessa trajetória é um dos elementos importantes para a consolidação do “sindicalismo cutista” na APP-sindicato.

### **Sindicalismo público e o movimento docente no contexto de reorganização dos trabalhadores em educação.**

O contexto de reorganização do movimento docente tem início com as importantes greves de 1978 e 1979, principalmente pelo seu caráter nacional, onde tivemos greves em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – no contexto dessas mobilizações foi criada a partir da Confederação de Professores Primários que existia desde 1953 a Confederação Nacional dos Trabalhados em Educação (CNTE) que, no final dos anos 1980, se filia à CUT assumindo a posição de sindicato nacional dos professores e funcionários de escolas públicas do ensino básico.

O período que é considerado como de reorganização dos sindicatos ligados à luta docente vai das greves do final dos anos 1970 até a consolidação de uma legislação para o sindicalismos no estado com a constituição de 1988. Essa se tornou uma periodização clássica do sindicalismo docente, nesse sentido nos parece importante apresentar essa periodização e debater o seu marcos. Antes de se fazer isso é importante reforçar que o objetivo de apresentar essa periodização não esta em enquadrar a manifestação do dia 30 de agosto de 1988 de forma mecânica. Mas não podemos negar que a história sindical brasileira é marcada por elementos de permanência e continuidade, em especial se tivermos como parâmetro de análise o conceito de liberdade e autonomia sindical e a relação com o Estado. É a partir desses conceitos e da relação que o sindicalismo público tem com o Estado que o livro *liberdade desfigurada*<sup>31</sup> propõem uma periodização dos sindicalismos no Estado, ou seja, do sindicalismo dos trabalhadores que tem como seu patrão o estado seja municipal, estadual ou federal.

---

<sup>31</sup>NOGUIRA,Arnaldo. A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

Não debateremos aqui as periodizações e polêmicas mais clássicas do sindicalismo de forma geral, mas sim uma periodização do sindicalismo no Estado como presente na obra *liberdade desfigurada*. Desta forma, a trajetória do sindicalismo é entendida em três momentos:

“o primeiro, entre 1930 e 1978, definido pela formação das associações corporativistas e assistencialistas dos servidores públicos; o segundo pelo desenvolvimento do caráter sindical das associações, a formação das novas associações no contexto de expansão do novo sindicalismo; e o terceiro, após 1988 dado pela legalização da livre associação sindical no estado”<sup>32</sup>

Esses três momentos nos parecem importantes para compreendermos como o sindicalismo no Estado (e mais especificamente o sindicalismo docente) sofreu algumas transformações, e que a memória do ato que aqui estamos estudando também está disputando os marcos dessa reorganização sindical ocorrida no segundo período, que vai de 1978 a 1988.

Desta forma, para além de disputa nas narrativas sobre o 30 de agosto que veremos no terceiro capítulo, a APP-Sindicato se insere nesse contexto até mesmo porque o debate sobre a filiação à CUT é trazido após a participação em um congresso da CNTE do ano de 1989 e está presente no segundo editorial do jornal 30 de agosto.

Parece-nos importante resaltar que o período do final dos anos 1970-1988 são escolhidos aqui como marcantes para a transformação do sindicalismo docente por alguns fatores. Podemos citar entre eles a expansão do ensino público e as experiências anteriores nas estruturas associativas até a eclosão do novo sindicalismo somadas ao contexto de redemocratização e de forte luta corporativista.

As greves no magistério no final dos anos 1970 foram marcantes, pois segundo Julia Jose Ginidin<sup>33</sup>, existiu uma reorganização e expansão do sindicalismo docente no Brasil. É apontado como uma mudança a grande capacidade de mobilização e a aproximação dos sindicatos ou associações mais representativos do Brasil à concepção do “novo sindicalismo” são eles o SEPE (RJ), APEOESP (SP), CEPE (RS). Segundo a autora, no caso

---

<sup>32</sup> Ibid,p. 112.

<sup>33</sup>GINIDIN, Julia Jose. *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.

paranaense a oposição ligada a esse movimento ganhou a entidade após greve de 1979. Ainda essa relação com o contexto nacional se fortaleceu com a fusão da entidade dos Professores Licenciados do Paraná (PLP) e o então núcleo da confederação dos professores do Brasil (CPB). Ainda essa autora afirma que existiu uma expansão no número de filiados a essas entidades, no caso paranaense no final dos anos 1970 existia 5000 filiados e já no ano de 1985 a APP-Sindicato tinha 22.000 filiados, segundo números do congresso da CPB daquele ano.

Uma questão que marcou o sindicalismo no Brasil de forma geral nos anos 1990, foi a diminuição do Estado e das políticas públicas e investimentos sociais, período que ficou conhecido como neoliberalismo. Relaciona-se a isso o aumento no número de terceirizados e outras formas de empregos ligados a uma reestruturação produtiva do capitalismo. Para os professores não foi diferente, o contexto dos anos 1990 foi marcado por grandes retrocessos para a educação, mas também pela capacidade de mobilização dos professores, mesmo que tenham produzido grandes lutas, por exemplo, as disputas em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as campanhas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Porém, segundo Gadini ao mesmo tempo em que existiu um declínio nas mobilizações isso não significou enfraquecimento das entidades. Isso é apontado pela autora ao afirmar que os sindicatos ligados à educação constituíam em 1997 seis dos dez maiores sindicatos da CUT e chegaram à presidência da entidade no ano de 2000, como Roberto Felício da APEOESP.

Dessa forma, podemos aproximar esses apontamentos à periodização proposta acima e presente no livro “Liberdade Desfigurada”, de que após o ano de 1989 existiu a consolidação e institucionalização do sindicalismo no Estado, para além dos professores.

## **APP-sindicato no contexto de reorganização sindical: O 30 de agosto na trajetória do sindicalismo docente no Paraná.**

A APP-sindicato existe com esta denominação desde 1998. Porém nos diversos textos do jornal *30 de agosto*, a fundação da entidade remonta ao ano de 1947, quando a Associação dos Professores do Paraná foi fundada por professores do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná, no dia 26 de abril, em Curitiba.

Porém, somente nos anos 80 (contexto de grandes mobilizações docentes) temos reconfigurações administrativas no sentido de unificar e consolidar um instrumento de representação dos professores e funcionários das escolas do estado do Paraná, sendo essa história marcada por dois momentos:

O primeiro momento marcante dessa trajetória acontece no ano de 1981, quando em numa assembleia realizada na cidade de Ponta Grossa (PR) a associação se une a duas outras associações de professores: a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).

O segundo momento é a mudança no termo “associação”, substituído por “sindicato” em assembleia no ano de 1989 em Londrina (PR), um ano após o ato 30 de agosto. Essa mudança só foi permitida após à nova Constituição, aprovada em 1988, sendo esse um momento de virada na história do sindicalismo público, como já mencionado, que permitiu aos funcionários públicos organizarem-se em sindicatos.

No contexto dos anos 1980 o sindicato ainda era apenas dos professores do estado do Paraná, mas já se iniciava os debates para a construção de um instrumento de todos os servidores estaduais da educação, ou seja, a fusão com o sindicato dos trabalhadores em educação (SINTE-PR). Essa união só se concretiza no ano de 1998, em um congresso extraordinário, unificado os dois sindicatos, na cidade de Campo Mourão-PR.

Mesmo sem estudar os motivos que levaram às dificuldades de unificação dos sindicatos que representavam os professores e os servidores em educação podemos apontar que provavelmente existiram disputas políticas

e que só foram acomodadas nos ano 1990. Isso é importante de ser ressaltado, pois nos pontos acima citados (unificação das entidades representativas dos professores e mudança da antiga associação para o sindicato) existiram disputas políticas. Desta forma, a greve de 1988 e, em especial, a memória da manifestação reprimida no dia 30 de agosto estão inseridas no contexto mais geral de reorganização do sindicalismo docente.

Porém, se fica-se preso apenas às estruturas sindicais, não compreende-se algumas facetas importantes desse processo de reorganização sindical, em especial as relações que o sindicato construiu com o “novo sindicalismo” e a construção de uma concepção sindical que se apresenta nas fontes se intitulando (ou sendo denunciada) como classista, em especial com a solidariedade a outros movimentos sociais no contexto de redemocratização. Esses elementos presentes nas fontes serão trabalhados em relação à construção e disputa da memória do ato do dia 30 de agosto de 1988 no próximo capítulo

### **A construção da memória sindical no Jornal 30 de agosto.**

O ato ocorrido no dia 30 de agosto de 1988 tornou-se um lugar da política paranaense, sendo lembrado em diferentes momentos, em especial nos dias 30 de agosto de cada ano, quando o sindicato organiza um dia de paralisação de toda a categoria, lembrando o ato com uma manifestação pública no centro de Curitiba com o lema “O dia de Luto e Luta” e sempre terminando a manifestação no mesmo lugar onde ele foi reprimido pelos policiais militares em 1988, em frente ao Palácio das Araucárias no Centro Cívico, sede do governo do Paraná. Essa memória institucional pode ser reafirmada pela produção de documentários pelo sindicato, no aniversário de 60 anos da entidade e de 20 anos do ato.

Portanto, não se pode negar a importância da memória desse ato para o sindicato dos professores e partimos da relevância dessa manifestação na trajetória sindical. Para além do grande número de produções sobre o ato, o sindicato valoriza o contexto em que foi reorganizada a entidade, momento marcado pelas disputas de concepções sindicais.

Isso fica evidente na construção do termo “dia de luta e luto” nesses 20 anos após o ato e nos 19 anos de publicação do jornal 30 de agosto (1989 - 2008). Essa expressão torna-se oficialmente o símbolo que representa o dia 30 de agosto de 1988 no início do ano de 1989, em uma assembleia na cidade de Londrina no dia 18 de março.

Nessa mesma gestão de criação do Jornal 30 de agosto, a antiga associação se torna sindicato. Partindo disso podemos afirmar que a memória do 30 de agosto está relacionada desde o início com a reorganização do sindicato, sendo o objeto dessa monografia o estudo das disputas em torno dessa memória e as diferentes formas e momentos em que esse ato foi lembrado e expresso nas páginas do jornal periódico da entidade.

A primeira vez que o termo “dia de luta e luto” foi utilizado no jornal 30 de agosto foi na edição de 1990, no texto em que é feita a primeira narrativa com maior grau de complexidade sobre o ocorrido e posiciona a memória do ato nas disputas sobre a concepção sindical, como veremos em seguida.



Partido do fato que a APP-Sinidcato realmente tem uma preocupação com a memória desse ato, é importante fazermos alguns apontamentos sobre o estado das fontes que foram utilizados predominantemente nessa monografia. Como já citamos, as fontes dessa monografia são predominantemente as edições do *jornal 30 de agosto* em que o ato é descrito ou abordado de diferentes formas.

Essas edições do jornal estão organizadas em uma pasta e guardadas na Secretaria de Comunicação do sindicato. A organização dessa pasta foi elaborada pelo Professor Luiz Carlos Paixão da Rocha em decorrência da comemoração dos 60 anos de fundação do sindicato. A tarefa de reunir todas as edições do jornal foi considerada difícil, segundo consta no texto que abre a pasta. Nesse texto, após fazer uma pequena descrição da história do sindicato, é apontado o objetivo desta; nas palavras do então Secretario de Comunicação: “com objetivo de resgatar um pouco dessa história que estamos lançando essa publicação comemorativa com a encadernação das edições do jornal 30 de agosto.”<sup>34</sup>.

Segundo esse texto que inicia a pasta, a organização dos jornais do sindicato é uma tarefa inacabada, pois essa secretaria teria a tarefa de reunir os jornais anteriores ao jornal *30 de agosto*. Porém, mesmo cinco anos após o início deste trabalho, a tarefa não foi cumprida, o que pode nos levar a pensar que, mesmo que de forma não intencional, os períodos anteriores a esse ato são uma história de menor relevância para a trajetória do sindicato.

Sobre as fontes utilizadas nesse ultimo capítulo temos como fontes secundárias alguns jornais da época, utilizados principalmente para a construção da posição do então governador época, para ajudarndo a compreender melhor o contexto e dar voz a uma posição destoante da do sindicato.

---

<sup>34</sup> Texto de abertura da encadernação dos jornais 30 de agosto assinado pelo então secretario de comunicação professora Carlos Paixão Gomes

### **30 de agosto, instrumento para se fazer política.**

A Primeira edição do jornal 30 de agosto é produzida no contexto em que a gestão do sindicato tinha que fazer um balanço da greve de 1990 que, segundo o jornal, é maior greve da história dos professores e que da mesma forma que a greve de 1988 não teve grandes vitórias para os docentes. Dessa forma, essa primeira edição do jornal tem um objetivo bem pragmático de divulgar um balanço desse período e do governo Álvaro Dias. Porém, esse novo instrumento de comunicação institucional do sindicato também tem como objetivo politizar a categoria dos professores, trazendo em suas primeiras edições um debate ligado ao de um sindicalismo combativo ou classista<sup>35</sup>. Isso fica evidente no primeiro editorial, onde os objetivos do jornal estão norteados com o título “politizar é preciso” e é um debate que fica só no título, como podemos observar nesse trecho:

“Ao criamos mais esse espaço político, além de lhe informar pretende formar na categoria uma consciência crítica do papel do sindicato e assim forjamos luta por mundo melhor, mais solidário, mais politizado e mais combativo.”<sup>36</sup>.

Esse objetivo do jornal, bem como a memória do ato do dia 30 de agosto vão ser questões de disputa entre concepções sindicais diferentes, como poderemos ver em seguida. Porém, antes é necessário contextualizar o surgimento do jornal que homenageia o ato de 1988. O nome “30 de agosto” já era utilizado por um informativo do sindicato que teve 9 edições do ano de 1988 até 1990<sup>37</sup>. Este jornal não era então o único instrumento de comunicação do sindicato, pois na época a APP-sindicato contava com a “Página da Educação” todas as quartas e domingos no jornal “O Estado do Paraná” e com a “Folha do Professor” publicado aos domingos na “Folha de Londrina”<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup>Esse termo é utilizado pelo próprio sindicato com o objetivo de polarização entre sindicatos mais ligados a formas de organização dos trabalhadores e associações mais ligados a uma concepção corporativista.

<sup>36</sup> Editorial do jornal 30 de agosto edição: ano 1; nº 1; novembro/dezembro de 1990.

<sup>37</sup> Como informado em texto do secretário de comunicação do sindicato presente na encardenação das edições do jornal 30 de agosto.

<sup>38</sup> Para uma análise discurso do ato 30 de agosto na folha de Londrina ler artigo de Fabiane Luzia Menezes. Greve dos Professores do Estado do Paraná em 1988: Representações na Folha de Londrina. V congresso internacional de história. ISSN: 21754446, 2011.

O recorte escolhido para análise desse jornal é de dar voz às diferentes construções em torno do ato do dia 30 de agosto e as relações dessa memória com as concepções sindicais em disputa. Partindo disso, podemos perceber nessas primeiras edições que a diretoria (88-91) encabeçada pela professora Isolde Andreatta <sup>39</sup>trabalhou no sentido de politizar a categoria com a criação do jornal 30 de agosto, que se relaciona com a concepção sindical mais próxima ao “novo sindicalismo”. Porém, como veremos, essa não é a única interpretação dada ao ato e à função do jornal, uma vez que o primeiro texto que conta a história do ato está ligado a uma denúncia e crítica do “sindicalismo combativo”.

Essa relação com o “novo sindicalismo” fica evidente pela defesa de uma relação maior com a CUT, como podemos perceber em diferentes momentos, sendo que a CUT é citada pela primeira vez no editorial da segunda edição do *30 de agosto*:

“Um dos temas políticos mais polêmicos discutidos no XXIII Congresso nacional da CNTE era a participação ou não da CUT no entendimento nacional e pacto social. Esse tema é essencialmente político, por que envolve ideologias políticas, correntes filosóficas e posturas sociais.” <sup>40</sup>

Esse debate é inserido como sendo uma grande e necessária questão para os professores, uma vez que a filiação a CUT foi uma das grandes polemicas da reunião da (CNTE). Ou seja, se relaciona com o contexto mais geral de reorganização sindical estudado no capítulo anterior.

A relação da APP-Sindicato com a CUT será objeto de diferentes tipos de abordagens em outras edições do jornal, questão que está no centro das disputas de concepção e memória em torno do ato do dia *30 de agosto*. Mesmo esse debate se iniciando já no final dos anos 1980, a APP-sindicato só vai se filiar à CUT no ano de 1994.

Buscando entender se a gestão do sindicato de 1988 está ligada concepção do “novo sindicalismo” podemos apontar como evidência a construção de atos em solidariedade a outros movimentos sociais no contexto

---

<sup>39</sup> Professora homenageada no texto inicial de organização das fontes acima citado e que ainda se mantém ligado ao sindicato, até os dias de hoje, sendo membro do conselho fiscal.

<sup>40</sup> Editorial do jornal 30 de agosto edição: Janeiro/fevereiro ano 1; nº 2; de 1991.

da redemocratização como presente nas ações e seminários organizados pela gestão fundadora do jornal. Entre os seminários existem alguns que são interessantes, em especial os organizados com a temática de unificação e reorganização sindical, em especial o seminário “APP-sindicato e SINTE-PR para começar a discussão da unificação no Paraná” <sup>41</sup>, pois ele marca um momento importante na organização do sindicato: a fusão com os servidores das escolas. Isso nacionalmente é marcado no movimento docente na formulação do termo “trabalhadores em educação”.

Ainda dentre as ações dessa gestão está o incentivo à articulação de atos em unidade ou solidariedade com outras categorias, como os sem-terra e atos pelas diretas-já, presente na última edição. Essa relação com outras categorias, em especial com os trabalhadores rurais, é um elemento marcante do “novo sindicalismo”. Nesse sentido, também a crítica ao regime militar é, como já vimos no outro capítulo, um elemento constituinte dessa concepção sindical.

Outro elemento do “novo sindicalismo” está no fato de a diretoria ter entre seus membros militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), então representantes dessa concepção sindical, sendo o grande representante ou portador dessa tradição o metalúrgico e então futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No caso dos militantes da APP-sindicato, eles estavam ligados à corrente trotskista interna ao PT denominada de Democracia Socialista (DS).

Ainda na busca de elementos desse sindicalismo dito combativo, podemos apontar (para evidenciar a construção dessa concepção) a aproximação com APEOESP, sindicato que representa os professores do estado de São Paulo e que passou por um processo de reorganização muito parecido com o da APP-sindicato, inclusive no sentido de ter sido antes uma associação de caráter mais corporativo e, após os anos 1980, ter claramente construído uma ligação com a CUT e com as concepções do “novo sindicalismo”. Como podemos observar nessa citação:

“Em São Paulo, a CUT e a Apeosp articulam-se com outras entidades, como OAB, ABI, PNBE, igrejas e governo e lançaram em fevereiro passado a campanha “Educação no centro das atenções” (...) A Apeosp esta se articulando com outros sindicatos cutistas para

---

<sup>41</sup> Edição de Janeiro/fevereiro de 1991 Ano1, número 2. Texto: ações da gestão.

que coloquem em suas pautas de reivindicações o resgate do ensino para que entre na agenda nacional”<sup>42</sup>

Essa gestão ainda é responsável por transformar a antiga associação em um sindicato. Que é um elemento marcante do “novo sindicalismo” no sindicalismo docente e nesse processo podemos perceber que a APP-Sindicato se insere em um momento de transformações no sindicalismo público, em que a maioria das associações foi transformada em sindicatos, sendo esse um objeto clássico de nossa historiografia.

Desta forma, para continuarmos a análise desse jornal nos faz necessário retomar o que estou chamando de “novo sindicalismo” e entender a trajetória do sindicalismo público. Resumidamente podemos elencar 7 pontos que constituem essa concepção: a) crítica ao regime militar e participação no processo de redemocratização; b) crítica ao sindicalismo corporativista; c) estar inserido em um processo nacional de lutas docentes; d) ter relação com outros movimentos e sindicatos; e) concepção Classista; f) se relacionar com a CUT.

Essa dicotomia entre sindicalismo e associação deve ser relativizado na prática de organização dos professores, como podemos observar o sindicato absorve a tradição do associativismo, como podemos ver no próprio nome que mantém a palavra “associação”, mesmo sendo esse pretensamente uma palavra negativa e apenas é acrescido o sufixo sindicato, com também é herdeiro de todo o patrimônio físico da entidade.

Mesmo no *jornal 30 de agosto*, em sua primeira edição produzida pela gestão que realizou essa transformação ao falar da greve 1990 o texto retoma a tradição de mobilização e greves anteriores. Com o título do texto “A maior greve” em comparação a outras mobilizações do magistério paranaense citando as greves de 1962, 1968, 1978, 1980, 1981, 1982, 1986 e 1988. Ou ainda nesse mesmo texto quando se remete a tradição de 42 anos que é atacada pelo governo que criminalizou seus diretores e impediu o sindicato de fazer arrecadar a contribuição na folha de pagamento “de certa forma buscou destruir a organização que já tem 43 anos de existência”<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Edição de novembro de 1993. Número 17, ano 3. Texto: “centro das atenções”.

<sup>43</sup> Editorial do jornal 30 de agosto edição: ano 1; nº 1; novembro/dezembro de 1990.

O fato dessa primeira gestão do novo sindicato estar mais próxima ao “novo sindicalismo” é reforçado nas fontes, pelas críticas feitas pela gestão posterior, que assume uma posição crítica ao que chamou de um sindicato que da “centralidade nas análises a partir da lógica capital versus trabalho”<sup>44</sup>.

Nesse sentido se faz necessário analisar a construção do discurso dessa oposição à gestão fundadora do jornal 30 de agosto e também responsável pela transformação da antiga associação em sindicato.

### **Um sindicato e um 30 de agosto com varias vozes:**

O processo de consolidação da concepção sindical ligada à CUT é abortado. Isso fica expresso na não-reeleição da gestão ligada à professora Isolde Andreatta. A eleição de uma gestão com uma concepção mais próxima ao corporativismo e que tem uma posição de maior negociação com o estado explicita a existência de outra leitura sobre o ato do dia 30 de agosto. Essa gestão é a primeira a dedicar um texto exclusivo para reorganizar a memória do ato. Aqui entendemos que essa reorganização do passado cumpre também um papel na disputa da linha que o novo sindicato teria no próximo período, como podemos observar no trecho abaixo:

“30 de agosto é dia de meditar. Há tempo de repensar a nossa luta. Se é um dia de luta pela nossa educação, podemos transforma-lo em vitória, se não cometemos os mesmos erros de nos pautarmos pelas sirenes dos mestres das ruas”<sup>45</sup>

Nesse texto podemos perceber a clara oposição a uma concepção sindical que eles denominaram como pertencentes “aos mestres da rua”. Ainda nessa mesma edição do jornal, existe um texto exclusivo para expor a concepção sindical da nova gestão eleita. Nela temos claramente uma crítica ao sindicalismo classista e à centralidade das análises sobre a educação baseada na relação capital versus trabalho. Nas palavras dessa gestão no texto sobre o ato de 1988, que aconteceu três anos antes:

“O magistério adotou a postura da relação capital x trabalho. Esse equívoco nos levou e está levando ao descrédito por parte da

---

<sup>44</sup> Edição de agosto de 1991. numero 5, ano 1. “Texto: 30 de agosto – luta e luto”.

<sup>45</sup> Id

sociedade, das autoridades que não consideram perda uma educação de péssima qualidade”<sup>46</sup>.

Outro texto que expressa estas diferenças entre as gestões e também esse processo de disputa da concepção sindical, é a edição posterior ao congresso da entidade, que acabou não sendo realizado. O congresso deveria ter acontecido na cidade de Pato Branco, no ano de 1992. Porém, sem explicar direito os motivos, a gestão do sindicato expressa que a realização do congresso foi impedida pelos sindicalistas ligados à CUT e à regional Curitiba do sindicato. Essa crítica está presente de diferentes formas nessa edição do jornal 30 de agosto, sendo que nessa parte do texto podemos exemplificar essa crítica:

“O magistério paranaense viveu, no último 30 de outubro um de seus mais lamentáveis episódios, depois das bombas de Alvaro Dias, coincidentemente também em um dia 30 só que em agosto. Desta vez, os professores e dirigentes da APP-Sindicato não tiveram que enfrentar a polícia, mas os militantes cutistas, particularmente os instalados no núcleo de Curitiba que, à força e usando de violência física e verbal, invadiram o local de credenciamento e , em seguida bloquearam de outros delegados”<sup>47</sup>

Ainda no sentido de exemplificar a oposição ao sindicalismo cutista, podemos citar a existência de duas charges em que os professores ligados à CUT são representados como sendo grandes tumultuadores, não dispostos a negociar. Ainda fazendo clara menção ao fato de que esses professores seriam ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), pois um dos personagens da charge veste uma camiseta do partido e outro da Central, como podemos observar:

---

<sup>46</sup> Id.

<sup>47</sup> Edição de novembro de 1992. Numero 13, ano 2. Texto: “Quem não tem argumento parte para a força.”.



Essa imagem está na edição do jornal de 30 de agosto, cuja única função é denunciar a truculência dos professores ligados à CUT no Congresso Estadual da entidade. São denunciados em especial os professores da regional Curitiba, que para essa gestão são os responsáveis por “implodir o congresso” com debates externos aos professores - entre eles está a filiação do sindicato à CUT. Podemos observar isso na imagem da capa, com o título “mmm” e a charge que segue:





Portanto, na gestão mais corporativista, ou de um sindicalismo de resultado desse novo sindicato, parece existir uma necessidade de reconstruir a memória de ato e da greve de 1988. Essa reconstrução vem no sentido de orientar uma prática de maior negociação e diálogo entre sindicato e o governo, especificamente o de Roberto Requião. Recém-eleito, com apoio de Alvaro Dias, o ex-professor se tornou o inimigo “número um” do sindicato após o ato do dia 30 de agosto, ou pelo menos inimigo número um dos sindicalistas ligados a CUT.

Essa utilização do ato do dia 30 de agosto em outros contextos não é exclusiva da gestão anti-cutista. Podemos observar outro exemplo na construção feita pela gestão “OPA - Em Defesa da Escola pública”, gestão responsável por vencer a chapa anti-cutista no ano de 1994 e filiar a APP-Sindicato à Central Única dos Trabalhadores em 1995. Nessa gestão, o dia de luto e luta é reorganizado em um texto que faz um balanço das duas greves contra Alvaro Dias. Nesse texto o “30 de Agosto” ganha um caráter de “radicalidade” e aponta para a necessidade de novas lutas, além de faz uma crítica dura à gestão anterior do sindicato por esta não ter feito lutas e enfrentado os ataques do governo do estado

“A resistência da categoria se fez sentir em duas greves. Um em 1988, com a tentativa de novo acampamento e ocupação da Assembleia Legislativa. Ao apelo que houvesse negociações- quem não se lembra era o 30 de agosto- o governo respondeu com bombas, cassetetes, cavalaria, vandalismo policial, ferimentos corporais e mutilações morais em todos os professores (...) Em 1991 ocorreu novo processo eleitoral no sindicato. Apareceu um messias, condutor do magistério. O nosso salário vai melhorar na base do diálogo e greve nunca mais foram frases muito ouvidas na campanha”<sup>48</sup>

Como pudemos observar, a construção dessa memória passa pela expressão “dia de luto e luta”, pois para o sindicato relembrar esse ato sempre estará ligado a outra luta no presente, ou seja, apontando para a necessidade de ação do sindicato. A abordagem dá ao 30 de agosto uma orientação no presente. Existem vários exemplos possíveis, pois o calendário de mobilizações do sindicato sempre passa pela paralisação dos dias 30 de agosto. Assim, vou citar uma campanha extremamente relevante até os dias de hoje, pois não foi inteiramente conquistada - a campanha pela hora atividade:

“cerca de 3 mil professores de todas as regiões do Estado participaram da passeata no dia 30 de agosto. Como acontece todos os anos, a manifestação relembrou a repressão do governador Alvaro Dias contra professores em greve em 30 de agosto de 1988(...) Este ano o principal tema da data foi a reivindicar a implementação<sup>49</sup> do hora-atividade em 50%, mas o magistério também quer a reposição de todas as perdas deis do Governo Alvaro Dias(conforme promessa de Lerner).”<sup>50</sup>

Mas a expressão “dia de luto e luta” é composta por duas palavras, sendo que a primeira palavra é “luto”. Essa palavra remete ao passado e à necessidade de nunca se esquecer da violência sofrida pelos professores no momento de redemocratização do país. Esse discurso do “nunca mais” foi estudado brilhantemente por Beatriz Sarlo<sup>51</sup>, que ao analisar o contexto do fim das ditaduras latino-americanas, constatou que a lembrança tornou-se fonte para a restauração de laços sociais e comunitários. Partindo dessa afirmação,

<sup>48</sup>Edição de novembro de 1993, nº17, ano 3. Texto: Os responsáveis pela situação dos professores.

<sup>49</sup> Edição de setembro de 1996, nº48, ano VI. Texto: ato do dia 30 foi dedicado a luta pela hora-atividade.

<sup>50</sup> Id.

<sup>51</sup>SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. SãoPaulo:Companhia das Letras, 2007.

a autora busca debater como o relato em primeira pessoa ganhou, no caso argentino, uma força de verdade. Na análise dos relatos sobre o ato estudado, podemos usar como hipótese o fato de que era necessário construir um discurso do “nunca mais”, ou seja, de não serem mais suportadas ações de violência por parte do estado contra os movimentos sociais após a redemocratização.

Nesse sentido as produções dessas matérias pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando a ele um “sentido comum”. Porém, partindo das proposições de Pollak, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento, se compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo Jornal 30 de Agosto sobre o ato.

Em relação à forma que nos remetemos à memória partimos de Sarlo, para quem a memória tem força, já que “sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, por trás deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo.”<sup>52</sup> Nessa parte do texto a autora está falando da produção de obras não acadêmicas e de grande circulação, ou seja, que não passaram por critérios metodológicos que tem a função de supervisionar a produção, ou que no mínimo “garante o artesanato aceitável dos seus produtos”<sup>53</sup>.

Mesmo que a autora não esteja trabalhando com a memória produzida por periódicos, suas problematizações fizeram amadurecer uma análise sobre a produção de relatos sistemáticos sobre o passado pelo sindicato, uma vez que os sindicalistas também não são acadêmicos, e acabam por alimentar-se do “sentido comum” - ou não oferecendo um sistema de hipóteses, mas certezas sobre a memória do ato.

Nesse momento, fica claro que a disputa sobre a memória do ato está imbricada na transformação do sindicato em associação e nas disputas de concepção sindical, em especial com os conceitos em torno do “novo sindicalismo”.

---

<sup>52</sup> *ibid*, p 13.

<sup>53</sup> *Id.*

Outro momento da história do sindicato que temos uma rememoração do ato é durante as mobilizações do ano 2001, na qual após uma greve no ano anterior, foi conquistado o percentual de 10% de hora-atividade - ampliado para 20% em 2003. Nesse contexto, outros setores para além dos professores estão em processo de luta e enfrentamento aos governos, em especial o sindicalismo ligado a CUT. Assim, o 30 de agosto é relembrado, dando sentido à greve de 2001.

Para concluir essa análise sobre a construção da memória sobre o 30 de agosto, podemos apontar para diferentes abordagens: uma primeira ligada ao período de disputas em torno do ato, e que se relaciona com as disputas em relação à concepção sindical. Essa forma de abordagem nos parece terminar em 1994 com a filiação da entidade à CUT.

A partir desse momento, podemos perceber duas outras formas de construir a memória desse ato. Uma mais relacionado a um pragmatismo de orientação nas lutas, greves e campanhas salariais, como pudemos ver na greve de 2001 e na campanha pela hora atividade. A segunda forma, posterior à filiação à CUT, está ligada a uma rememoração do período de redemocratização e reorganização docente, sendo essa forma ligada a uma força de “verdade” e a narrativas mais descritivas em primeira pessoa - como podemos observar na edição comemorativa de 20 anos do ato.

Nessa edição, é construída uma justificativa da necessidade de outra ação da categoria, na greve, devido à falta de negociação por parte do governador Álvaro Dias, então:

“Foi à realização de uma caminhada no dia 30 de agosto daquele ano até o Palácio Iguazu, que contou com cerca de 20 mil pessoas, entre professores/as da rede pública estadual, pais, alunos, professores/as da rede municipal, estudantes, entre outros.”<sup>54</sup>.

Essas informações sobre o confronto entre professores e policiais estão presentes no jornal “30 de agosto” de 10/08/2008, assim como a citação que segue:

---

<sup>54</sup> Jornal “30 de agosto”, publicado pela APP-Sindicato, em edição especial de 10/08/2008.

“Naquele dia, os educadores, que organizaram um acampamento em frente ao Palácio, não encontraram o diálogo como resposta, mas a violência policial. Mobilizados e esperançosos para buscar seus direitos, professores/as foram recepcionados por policiais militares armados de cassetetes, spray de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. O batalhão de choque, policiais acompanhados de cães ferozes e da cavalaria também investiram contra a passeata”.<sup>55</sup>.

Esses últimos os textos do Jornal 30 de Agosto são relevantes para compreendermos uma valorização da violência desse confronto e um discurso mais descritivo. Nessa edição especial existe uma valorização da violência e uma grande referência a imprensa de grande circulação da época, como um validador do discurso em primeira pessoa de uma memória coletiva.

Com o objetivo de compreender a memória da repressão política nesse contexto esse trabalho buscará estudar comparativamente as narrativas sobre o 30 de Agosto em relação ao impacto na imprensa do ato dos professores da rede estadual de ensino. Partindo da leitura da reportagem “Centro Cívico vira uma praça de guerra”<sup>56</sup> do Jornal Gazeta do Povo do dia posterior ao ato.

Um importante elemento para entendermos os impactos da cobertura da imprensa sobre o ato dos professores está na própria estrutura da reportagem que divide o confronto em dois momentos. Um primeiro, no carro de som, e um segundo, com as barracas. Ou seja, divisão da mesma forma que o jornal “30 de agosto” faz em sua edição especial de 20 anos do conflito. Isso não significa que a reportagem do dia 31 de agosto influenciou diretamente, mas pode ter ajudado a construir uma memória e cultura política em torno do ato.

Nessa reportagem da Gazeta não existe nenhuma citação sobre a constituinte ou sobre qual quer elemento da redemocratização brasileira. Porém, a violência presenciada pela imprensa, ou melhor, a repressão ao ato dos professores que terminou com 14 feridos e vários presos, poderia remeter ao contexto anterior, em que a segurança pública estava organizada para repressão a mobilizações dos trabalhadores.

Portanto, a reportagem parece valorizar os elementos da violência policial, e, da forma que é apresentada, acaba por remeter mais a um estado de exceção de guerra do que à experiência histórica repressiva que o Brasil

---

<sup>55</sup> Id.

<sup>56</sup> Jornal Gazeta do Povo, edição do dia 31 de agosto de 1988.

vivera anteriormente. Isso fica claro na manchete da reportagem, que é “Centro Cívico vira uma praça de guerra”. Isso não se dá por acaso, pois como afirma a historiadora Maria Helena Capeleto, em seu livro *“Imprensa e história do Brasil”*:

“Quanto à apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o vocábulo do título são muito importantes. Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz.”<sup>57</sup>.

Desta forma, podemos analisar essa manchete apenas como um recurso para causar impacto, porém a valorização da violência está em quase toda a reportagem. Nesse sentido podemos ressaltar a declaração de Fabio Campana - então secretário de Comunicação Social: “não vi nenhuma violência e não acredito que isso tenha acontecido” que é utilizada na reportagem exatamente dessa forma.

Da mesma forma um carta/manifesto, de 22 de agosto de 1994, feita pela professora Isolde Andreato, então presidente da APP-Sindicato nos serve para entender a importância desse ato na memória e cultura da política paranaense e do próprio sindicato. Uma vez que, através da citação das reportagens da época do ato, a professora comprova a violência sofrida pelos manifestantes, como podemos observar nas palavras da professora:

“Não há como esconder os fatos. **A imprensa da época mostrou tudo e com detalhes. Negar que a Praça Nossa Senhora da Salete se transformou numa praça de guerra é querer afogar a memória de tantos paranaenses** que passaram e ainda passam suas vidas ensinando outros paranaenses nas escolas tão abandonadas pelos governantes. Podemos afirmar que vivemos um clima de guerra, angústia, sofrimento, um tratamento muitas vezes nem dispensado a bandidos, assaltantes, seqüestradores. O que dizer deste tratamento a professores e familiares, amigos? Os laudos médicos, expedidos pela perícia médica, são documentos inquestionáveis da veracidade dos lamentáveis fatos ocorridos naqueles 30 de agosto de 1988. Isso sem mencionar aqueles professores que anonimamente procuraram socorro nos hospitais e consultórios médicos”. **(meus grifos)**<sup>58</sup>.

Dessa forma o texto de 1994, da então presidente do sindicato e também presidente do sindicato no ano de 1988, e reeditado na edição comemorativa de 20 anos do ato. Nesse documento é afirma através da

<sup>57</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998, p.17.

<sup>58</sup> Trecho do documento retirado do jornal “30 de agosto” edição especial de 10/08/2008.

valorização da violência e de um discurso de verdade tendo como fonte os jornais de grande circulação. Nesse contexto estamos no final de uma período de grande disputa entre as diferentes concepções que como já afirmamos. Essa violência está ligada a uma das formas de se abordar a memória do ato em que se valorizou o dia de luto, e não o dia de luta, dos professores do estado do Paraná.

Portanto, essa monografia aponta para a constatação de que a organização dessa memória não é única, pois existem diferenças de abordagem e discursos sobre o ato, em diferentes gestões políticas do jornal. Em alguns momentos, as narrativas parecem estar mais próximas à necessidade de dar identidade aos professores, com uma concepção mais corporativista. Em outros momentos, aparece ligada à memória da violência e do momento de redemocratização e reorganização sindical. Desta forma, aponta a construção de uma memória sindical, em disputa, presente no jornal *30 de gosto* sobre o dia de “Luto e Luta” dos professores do estado do Paraná.

Porém, como já afirmamos, a narrativa dos jornais não são a única forma de enquadramento da memória do ato. As disputas sobre seus sentidos não se dá exclusivamente no interior do sindicato e, nesse sentido, nos pareceu importante dar voz a posição do ex-governador Alvaro Dias.

### **30 de agosto e as diferentes vozes: posição do Álvaro Dias**

“Alguns professores aqueles que ainda insistem nessa greve injusta, tentado dar alento dar alento a um movimento que já nasceu errado, e agora sem apoio da base esta morrendo acabaram de criar uma situação que muito envergonha o Paraná, reconhecido nacionalmente pela civilidade, cultura e educação de seu povo”<sup>59</sup>

Assim inicia a nota pública “isso é educação” do governo Alvaro Dias que foi publicada no jornal o Estado do Paraná alguns dias depois da repressão à manifestação dos professores do estado. O texto tem 13 pontos que buscam esclarecer a posição do governo sobre o ocorrido para que,

---

<sup>59</sup> Jornal O Estado do Paraná, edição do dia 2 de setembro de 1988.

segundo o texto, “nenhum dos fatos ocorridos seja distorcido por interesses pessoais ou partidários”<sup>60</sup>.

Nesse sentido, o texto tenta demonstrar que o governo sempre esteve aberto ao diálogo, mesmo que o país estivesse vivendo um momento de grande dificuldade financeira. Sendo que a greve já estava em seus últimos dias, o ato do dia 30 é descrito como uma ultima cartada desesperada de um sindicato que já tinha perdido politicamente. O governo justifica assim a ação dos policiais, como uma ação em defesa da Assembleia Legislativa e da própria democracia, frente à violência iniciada pelos sindicalistas. Ainda afirma que por trás dessa violência estava a tentativa de criar mártires com objetivo partidário e eleitoral. O mais interessante da nota pública no que se refere à construção da memória do ato está no objetivo de evitar que se construa uma visão de que o governo do estado teria agido de forma desproporcional. Para aqueles que afirmam isso, o governo diz que desde o início os professores estavam mal intencionados, e tinham objetivos externos aos da maioria dos professores. Assim, reforça-se a construção de uma narrativa que culpabiliza os sindicalistas, até mesmo próxima à construção feita pela oposição aos cutistas na crítica aos “mestres das ruas” e presente no Jornal 30 de Agosto.

Ainda em nota mais recente e postada em seu Blog no mês de agosto de 2011, ou seja 23 anos depois do ocorrido, Alvaro Dias afirma que esse evento foi utilizado com má fé posteriormente, e que na época havia realizado uma pesquisa em que 80% da população aprovava a ação do governo. Ainda reafirma a existência de elementos externos aos professores como “infiltrados do ABC paulista”. Nas próprias palavras de Alvaro Dias:

" No dia 30 de agosto de 88 reuniram-se em frente ao Palácio Iguazu, além de professores, petroleiros, operários da construção civil e centenas de “infiltrados” importados do ABC paulista para provocar o enfrentamento. Orientei na véspera o secretário de Segurança Pública para que oferecesse segurança aos manifestantes. Políticos interessados no tumulto lá estavam. Houve provocação e enfrentamento entre manifestantes e policiais militares. Todas as providências foram adotadas. Determinei a instauração do Inquérito policial militar para apurar responsabilidades. Recorri ao Ministério Público e a população segundo pesquisas à época (80%) se manifestou favoravelmente ao posicionamento do governo. A

---

<sup>60</sup> Id.



exploração política da versão e não do fato, 23 anos depois, vem sempre carregada de má fé".<sup>61</sup>

Ainda nessa nota, o ex-governador e atual senador da república aproveita para reafirmar uma posição em defesa da educação e cita várias ações de seus mandatos na defesa dos direitos dos professores, afirmando que o episódio do dia 30 de agosto só tem uma única versão e que são feitas distorções políticas. Dessa forma, mesmo Avaro Dias busca construir uma memória de forma pragmática onde ele é prejudicado, mesmo sendo um exemplar defensor da educação.

Podemos perceber, nessa nota, novamente a presença do sindicalismo combativo e dessa vez com uma relação clara ao grande período de mobilização e reorganização sindical na figura do militante infiltrado do ABC. Ou seja, mesmo em uma construção externa ao sindicato e de forma pejorativa, o episódio do dia 30 de agosto é inserido no contexto do novo sindicalismo.

---

<sup>61</sup> Nota publica sobre o 30 de agosto, publicada em agosto de 2011. Acessado em: <http://www.roseliabrao.com/index.php?id=95>

**Conclusão:**

Para concluir essa monografia nos parece interessante retomar as perguntas iniciais e verificar se de alguma forma elas foram respondidas, ou seja, se cumprimos mesmo que parcialmente as motivações iniciais desse estudo em relação à construção da memória do 30 de agosto de 1988. E ainda, nessa conclusão tentaremos fazer alguns apontamentos sobre a permanência dessa disputa, extrapolando o recorte das fontes escolhidas.

Desta forma, as perguntas motivadoras desse trabalho foram: como esse ato está presente nesse periódico sindical, para além do seu título? Ou seja, qual a complexidade da narrativa e memória construída nos últimos 20 anos pela APP-Sindicato? É possível inserir esse processo de luta na trajetória de reorganização do sindicalismo no serviço público? Quais as singularidades e contradições na trajetória de reorganização da APP-Sindicato no período?

Como pudemos perceber, a greve de 1988 e em especial a memória do ato do dia 30 de agosto, está relacionada ao período de reorganização do sindicalismo docente no estado do Paraná. Mas também podemos perceber que essa relação não está presente só nas disputas da memória, mas também na transformação da antiga associação em sindicato e na posterior filiação à CUT. A abordagem feita nas fontes desse trabalho tentaram evidenciar a relação dessa reorganização sindical nas disputas sobre a memória do ato nos seis anos posteriores, e que só tem seu fim com a vitória da gestão que reafirma a relação das mobilizações do final dos anos 80 com o novo sindicalismo, em especial com a filiação à CUT no ano de 1994.

Para concluirmos essa análise e responder como esse ato está presente no periódico sindical, partiremos do próprio lema construindo pelo sindicato, ou seja, *30 de agosto: dia de luto e luta*. Como antes trabalhado esse lema foi oficializado em assembleia da categoria no ano de 1989 e até hoje é o utilizado nas paralisações anuais e matérias sobre o dia 30 de agosto.

Desta forma, o jogo com as palavras luto e luta parece sintetizar as duas leituras mais recorrentes sobre esse ato. Uma primeira, traz a memória do ato ligada à palavra *luto*, e reforça a lembrança da repressão ao tentar manter vivo um discurso de herança política daqueles que estavam presentes no ato. A segunda narrativa sobre o ato está ligada à palavra *luta*, que é utilizada de forma mais pragmática na organização e nas mobilizações posteriores, como pudemos ver na greve de 2001 e também na luta pela implementação da hora atividade.

Essa duas formas estão presentes principalmente depois da filiação da entidade à CUT, em 1994. Porém, ao analisar a construção da memória do ato não podemos entender essas construções separadamente, pois elas estão presentes nos mesmos textos e produzido pela mesma direção política do jornal.

Portanto, a memória e o ato de 1988 estão relacionados à trajetória de luta e reorganização docente no estado do Paraná ocorrida no final dos anos 80, e seguida de uma fortalecimento de novas formas de organização dos professores no estado. Essa memória ainda é apresentada de diferentes formas nos materiais que produzidos pelo sindicato, e que poderiam ser analisadas comparativamente a outras leituras com as feitas pelo próprio Alvaro Dias ou por outros políticos e partidos envolvidos no acontecimento, direta ou diretamente. Ou ainda comparadas com a construção feita pelos jornais de grande circulação no estado que também produziram matérias sobre esse ato.

O que quero afirmar é que, ao analisar as narrativas presentes no jornal sindical, não podemos ficar presos apenas a elas para compreender como esse ato se tornou um lugar importante na política paranaense. Ainda hoje, com diferentes interlocutores, esse ato é lembrado, e a sua memória reescrita e disputada. Um exemplo é a produção sobre o dia 30 de agosto que foi feita pela oposição à atual diretoria da APP-sindicato.

Nessa produção existe uma valorização da necessidade de reafirmar os princípios classistas do ato de 30 de agosto – que, segundo a oposição, foram sendo deixados de lado pelo sindicalismo cutista. A produção também nos

parece construir uma memória pragmática para orientar a luta no presente dos professores:

“Amanhã é uma data muito especial para nós trabalhadores em educação. Há 23 anos atrás, em 30 de agosto de 1988, os trabalhadores em educação (em greve naquele momento por condições de trabalho, salários e em luta por uma educação de qualidade) foram brutalmente reprimidos pela polícia, a mando do então governador, Alvaro Dias (PSDB). Esse dia ficou na história como um dia de luto e luta. (...) Como percebemos, temos motivos de sobra para lutar. Chamamos todos os trabalhadores em educação a participar do ato de 30 de agosto em Curitiba e nas regionais.”<sup>62</sup>

Essa oposição se denomina “APP de Luta e Pela Base - Oposição Alternativa” e está ligada a uma nova central sindical que tenta, em princípio, ser uma alternativa à CUT: a Conlutas - Central Sindical e Popular.

Para concluir, mesmo sem a última greve realizada no ano de 2001, ainda hoje a memória desse ato não é apenas lembrada pela oposição. Como podemos observar nesse ano de 2012, em que o sindicato completa 65 anos de existência, na ocasião da comemoração o secretário de comunicação responsável pelo jornal 30 de agosto declarou:

"Se pudéssemos resumir em uma palavra toda essa história ela seria 'ousadia'", declarou Luiz Carlos Paixão da Rocha, secretário de Imprensa, que apresentou o vídeo histórico produzido para a data. Entre tantas coisas, o sindicato enfrentou a ditadura militar, a repressão de Álvaro Dias na passeata de 30 de agosto de 88 e os difíceis anos 90, auge do neoliberalismo.”<sup>63</sup>

Desta forma, podemos perceber que as relações entre a construção da memória do ato e as disputas entre diferentes concepções permanecem em aberto no sindicalismo docente no Paraná.

<sup>62</sup>Nota publica da oposição ao sindicato, acessado em: <http://appdeluta.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-08-01T00:00:00-07:00&updated-max=2011-09-01T00:00:00-07:00&max-results=33>

<sup>63</sup>Nota publica da direção da APP-sindicato, acessado em: <http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/noticia.aspx?id=7152>

**Fontes:****Editoriais do jornal 30 de agosto:**

Editorial do jornal 30 de agosto edição: ano 1; nº 1; novembro/dezembro de 1990.

Editorial do jornal 30 de agosto edição: Janeiro/fevereiro ano 1; nº 2; de 1991.

**Texto e edições do jornal 30 de agosto:**

Edição de agosto de 1991. numero 5, ano 1. “Texto: 30 de agosto – luta e luto”.

Edição de Janeiro/fevereiro de 1991 Ano1, número 2. Texto: “ações da gestão”.

Edição de novembro de 1992. Numero 13, ano 2. Texto: “Quem não tem argumento parte para a força.”.

Edição de novembro de 1993, numero 17, ano 3. Texto: “Os responsáveis pela situação dos professore”.

Edição de novembro de 1993. Número 17, ano 3. Texto: “centro das atenções”.

Edição de setembro de 1996, numero 48, ano VI. Texto: ato do dia 30 foi dedicado a luta pela hora-atividade.

Edição comemorativa de 20 anos do ato. edição especial do jornal 30 de agosto outubro de 2008.

**Jornais da época:**

Jornal O Estado do Paraná, edição do dia 2 de setembro de 1988.

Jornal Gazeta do Povo, edição do dia 31 de agosto de 1988.

**Referências:**

- ANTUNES, Ricardo. *O Novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil: Urgente, 1991.
- ALMEIDA, Antônio. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia: UDUFU, 2009.
- BARROS, José D Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARROS, José D Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface*. João Pessa, Saculum- Revista de História, 2005.
- BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. RJ: Record, 1999.
- GINIDIN, Julia Jose. *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.
- GUEDES, César. *Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas*. In: (Diversos Autores). *O Mundo do Trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- LAMOUNIER, Bolivar; Meneguello, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. – São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- MARLEI F, Carvalho. *Caderno da Etapa II: Concepção, Estrutura e Organização da APP-Sindicato Princípios Norteadores, Estatuto, Instâncias de Deliberação, do Curso de Formação para Representante de Escola*. Curitiba, 2005.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.
- NOGUIRA, Arnaldo. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In: (Diversos Autores). O Mundo do Trabalho. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- PEREIRA, Maria de Fátima R. *O movimento dos educadores na década de 1980 no estado de Santa Catarina- luta por salário e participação política nos rumos da educação: conteúdos civilizacionais*. In: (Diversos Autores), Cadernos de pesquisa- pensamento educacional. Curitiba: UPT Científica, 2008.
- POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimentos e Silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, 1988
- POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, nº 10, 1992.
- REMOND, Rene. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística. in: mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Munad x, 2007.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: A trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- SANDOVAL, Salvador. *Os Trabalhadores Param: greves e mudança social no Brasil - 1945/1990*. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTANA, Marcos Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990*. In: (Diversos Autores), O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SANTOS, Igor Gomes. *Memória e conflito no partido dos trabalhadores. In: revista História e Luta de Classes: trabalhadores e suas organizações, ano 4, numero 5, Rio de Janeiro, 2008*.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.